ACÓRDÃO Nº. 57.481
(Processo nº. 2014/51920-0)

Assunto: Tomada de Contas Especial relativa ao Convênio SEDUC nº 207/2012

Requerente/Interessado: EDIVALDO NABIÇA LEÃO e PREFEITURA MUNICIPAL DE OEIRAS DO PARÁ.

Proposta de Decisão: Conselheiro Substituto DANIEL MELLO

Formalizador da Decisão: Conselheiro NELSON LUIZ TEIXEIRA CHAVES (Art.191, §3º do RITCE/PA)

EMENTA:

TOMADA DE CONTAS ESPECIAL. CONVÊNIO. OMISSÃO NO DEVER DE PRESTAR CONTAS. AUSÊNCIA DA DOCUMENTAÇÃO DE DESPESA. DEVOLUÇÃO TOTAL DOS RECURSOS REPASSADOS. APLICAÇÃO DE MULTAS AO RESPONSÁVEL.

1.A instauração da Tomada de Contas Especial enseja a aplicação de multa pelo não encaminhamento de documentos a que se está obrigado por força de lei ou ato normativo desta Corte;

2.A omissão no dever de prestar contas impede a comprovação do nexos causal entre os recursos repassados e o objeto do convênio, impondo-se o julgamento das contas pela irregularidade, com devolução total dos recursos repassados e aplicação de multa regimental.

Relatório do Exmº Sr. Conselheiro Substituto DANIEL MELLO:

Processo n.º 2014/51920-0.

Versam os autos sobre **Tomada de Contas Especial** instaurada pela SEDUC, em desfavor de **Edivaldo Nabiça Leão**, ex-prefeito do município de Oeiras do Pará, em razão da omissão do dever de prestar contas do Convênio de Cooperação Técnica e Financeira SEDUC n. 207/2012.

O ajuste teve por objeto a viabilização do transporte escolar dos alunos matriculados na rede pública estadual no município de Oeiras do Pará, referente ao ano letivo de 2012, na forma do plano de trabalho aprovado. Foi firmado o valor global de R\$180.125,00 (cento e oitenta mil, cento e vinte e cinco reais), vigente entre 29/06/2012 a 31/01/2013.

A 5ª Controladoria de Contas de Gestão, em análise aos autos (fls. 31-35), opinou pela irregularidade das contas, de responsabilidade do Sr. **Edivaldo Nabiça Leão**, com devolução da importância de R\$180.125,00 (cento e oitenta mil, cento e vinte e cinco reais), acrescida de multa regimental pelo débito apurado.

Em respeito aos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa, o interessado foi citado na forma do Regimento Interno desta Corte para a apresentação de defesa, tendo comparecido a este TCE e solicitado vista dos autos, ocasião em que requereu prorrogação de prazo para apresentação de suas razões, que

Tribunal de Contas do Estado do Pará

foi de pronto concedida por esta Relatoria (fls. 37 – 43). No entanto, tal prazo decorreu *in albis*, sem a apresentação de defesa pelo interessado (fls. 44- 47).

Foram então encaminhados os autos ao Ministério Público de Contas, que em seu parecer (fls. 50-51v) apontou no mesmo sentido da unidade técnica pela irregularidade das contas, com devolução dos recursos repassados, bem como aplicação de multas em razão do débito e pela omissão no dever de prestar contas.

É o relatório.

Proposta de Decisão:

A princípio, resta evidenciada a omissão no dever de prestar contas, o que motivou a instauração do presente processo de Tomada de Contas Especial. Por consequência, se faz necessária a aplicação de multa ao Sr. **Edivaldo Nabiça Leão**, prevista no art. 83, inciso VII, da Lei Complementar nº 81/2012, pelo não encaminhamento de documentos a que estava obrigado por força de lei e ato normativo deste Tribunal.

Tendo a SEDUC tomado todas as providências cabíveis, como determinado pela Resolução TCE/PA N. 18.784/2016, e tendo esta Corte de Contas instado o responsável a apresentar a documentação cabível, e ainda assim restando a presente Tomada sem qualquer documentação de despesa, não há elementos aptos a comprovar que os valores transferidos à conta do convênio foram realmente aplicados na finalidade pactuada.

Há de se ressaltar que o dever de prestar contas é determinado pelo art. 70, parágrafo único, da Constituição Federal, obrigado a todos que utilizem, guardem, arrecadem, administrem ou gerenciem dinheiros, bens e valores públicos. Não o fazendo, inviabiliza-se qualquer tentativa de comprovação do nexo causal entre os recursos repassados e o objeto do convênio.

Desta feita, resta caracterizada a irregularidade das contas, bem como a necessidade de devolução integral dos recursos repassados, além de multa pelo dano causado ao erário estadual, a qual, considerando a natureza e a gravidade da infração, fixo em 15% do dano infligido, e também a aplicação de multa pela omissão no dever de prestar contas, fixada no valor mínimo regimental.

Diante do exposto, proponho a este Egrégio Plenário, as seguintes providências:

1. Que julgue Irregulares as contas referentes ao Convênio de Cooperação Técnica e Financeira SEDUC n. 207/2012, sob responsabilidade do Sr. Edivaldo Nabiça Leão, com devolução integral do montante repassado, no valor de R\$180.125,00 (cento e oitenta mil, cento e vinte e cinco reais), acrescido dos consectários legais, atualizados monetariamente a contar das datas do repasse conforme planilha da unidade técnica (fl. 34), com fundamento no art. 56, III, alíneas “a” e “d”, da Lei Complementar nº 81/2012.

2. Que, com fulcro nos arts. 82 e art. 83, inciso VII, da Lei Complementar 81/2012, se apliquem as multas de: 15% sobre o valor do débito imputado atualizado; e de R\$931,59 (novecentos e trinta e um reais e cinquenta e nove centavos) pela instauração da presente tomada de contas especial.

3. Que se determine que a Secretaria Geral encaminhe cópia desta decisão ao Ministério Público do Estado, na pessoa do seu Procurador Geral de Justiça, para adoção das medidas que julgar necessárias, e à SEDUC e à AGE, para ciência.

É como proponho.

Tribunal de Contas do Estado do Pará

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos da Proposta de Decisão do Relator, com fundamento no art. 56, inciso III, alíneas “a” e “d”, c/c os arts. 62, 82 e 83, parágrafo único, e 83, inciso III e VIII, da Lei Complementar nº 81, de 26 de abril de 2012:

1- Julgar irregulares as contas e condenar o Sr. EDIVALDO NABIÇA LEÃO, CPF: 172.392.902-63; ex-prefeito municipal de Oeiras do Pará, compelindo-o à devolução integral do valor de R\$ 180.125,00 (cento e oitenta mil, cento e vinte e cinco reais), devidamente atualizado a partir das datas indicadas e acrescidos de juros até a data de seu efetivo recolhimento,

2- Aplicar-lhe as multas de R\$45.382,93 (quarenta e cinco mil trezentos e oitenta dois reais e noventa e três centavos) correspondente a 15% (quinze por cento) do valor do débito pela irregularidade apontada e R\$ 931,59 (novecentos e trinta e reais e cinquenta e nove centavos) pela instauração da tomada de contas especial.

3- Encaminhar cópia da decisão ao Ministério Público do Estado, para adoção das medidas que julgar necessárias.

4. Dar ciência à SEDUC e a AGE do inteiro teor desta decisão.

Plenário “Conselheiro Emílio Martins”, em 24 de abril de 2018.

MARIA DE LOURDES LIMA DE OLIVEIRA
Presidente

NELSON LUIZ TEIXEIRA CHAVES
Formalizador da Decisão

Presentes à sessão os Conselheiros.: LUÍS DA CUNHA TEIXEIRA
ANDRÉ TEIXEIRA DIAS
ROSA EGÍDIA CRISPINO CALHEIROS LOPES

Procuradora do Ministério Público de Contas: Silaine Karine Vendramin.
GM/0100843